

Sarney dirá na TV

DOMINGO — 4 DE OUTUBRO DE 1987

quase um poema'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Quase um poema, com um tom lírico que pretende sensibilizar a classe política para iniciar uma nova etapa no processo de redemocratização do Brasil." Assim deverá ser, de acordo com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, o documento que o presidente José Sarney vai ler, terça ou quarta-feira, por uma cadeia nacional de rádio e televisão. Sarney passou o dia de ontem preparando o discurso, no qual será apresentado seu programa mínimo até o final do governo, com o apoio da maioria dos partidos políticos representados no Congresso.

O presidente da República espera superar assim a crise política agravada depois do fim da Aliança Democrática. Mas aproveitará a mensagem à Nação para também fazer um apelo em favor do mandato de cinco anos para ele próprio e a advertência de que precisa de liberdade total para compor os quadros governamentais. Esta informação foi dada ontem em Brasília por um parlamentar do PMDB com livre trânsito no Palácio do Planalto.

Segundo Saulo Ramos, foram redigidos, na verdade, dois documentos: o primeiro será anunciado para todo o País pelo presidente, o segundo, destina-se aos partidos políticos

dispostos a subscrevê-lo. Sarney reservou espaço para as assinaturas dos líderes e presidentes de todos os partidos e também para as adesões individuais. O porta-voz do Palácio do Planalto assegura que o presidente não quer deixar ninguém de fora.

O primeiro documento reúne os princípios básicos de praticamente todos os programas partidários. Prega a necessidade da recuperação econômica e reformas sociais profundas. O presidente, no entanto, vai traçar algumas diretrizes, assegurando cumpri-las nos dois anos e meio de governo que lhe restam, se a Assembleia Nacional Constituinte acolher a proposta de mandato de cinco anos.

A segunda fase virá com a reforma no Ministério, considerada imprescindível pelo presidente para que possa governar com autoridade. De acordo com informações de assessores que acompanharam o presidente neste final de semana, a preocupação "com a governabilidade" será ponto de destaque, no pronunciamento. Para Sarney, a continuar como está, com um ministério dividido e sem o seu controle, o governo ficará completamente desacreditado perante a sociedade e o mundo mergulhando em profunda crise.

O presidente pretende dizer que a solução para a maior parte dos problemas nacionais passa pelo sistema de governo, reafirmando que a me-

lhor forma é o presidencialismo. Mas, deverá abrandar o tom, atendendo a recomendação de amigos políticos, para os quais a radicalização neste assunto pode afastar do governo parlamentaristas históricos do PMDB e do PFL, que não se negariam a subscrever o documento, desde que o apoio não estivesse condicionado ao regime de governo.

O documento que Sarney redige de próprio punho deverá ser mostrado amanhã aos partidos, preferencialmente ao PMDB e ao PFL. Depois, a segunda parte — destinada especificamente à área política — será submetida à assinatura dos parlamentares, incluindo os do PDS e PTB, para formação da nova base de apoio ao governo.

Segundo fonte ligada ao Palácio do Planalto, uma primeira versão do documento foi considerada muito genérica e, portanto, inócua, pelo presidente. Daí porque Sarney passou a trabalhar nela pessoalmente, decidindo incluir o compromisso com o mandato de cinco anos.

Auxiliares presidenciais reafirmaram a parlamentares do PMDB e do PFL a disposição de Sarney de não recuar do propósito de reformular o ministério. O presidente tem dito, ainda, que não dispensará o concurso do PFL, partido que lhe tem sido fiel nos momentos mais difíceis.

Para livrar-se de "sobressaltos"

A decisão do presidente José Sarney de adiar a leitura do documento que conterá programa mínimo de governo e proposta de nova aliança política — anunciado inicialmente para amanhã — não foi recebida por parlamentares ligados ao governo como recuo. Segundo o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), "o objetivo do presidente é estruturar uma maioria estável, capaz de lhe dar condições políticas de governabilidade, livrando-o do constante sobressalto em que tem vivido toda vez que se fez necessário adotar decisões administrativas e políticas". Prisco acredita que a nova aliança não excluirá, previamente, a participação de nenhum partido, "porque a condição para integrá-la será a aceitação das propostas que o presidente fará no seu pronunciamento à Nação".

Já o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PFL-SP) acha que o seu partido tem de romper com o governo, deixando os cargos no Ministério. Ele está recolhendo assinaturas para uma moção de convocação imediata da convenção do PFL, que já tem o apoio de 34 parlamentares. No documento Mendes Thame estabelece o dia 29 de novembro como a data da convenção.

Pelo menos um telefonema o presidente Sarney recebeu ontem: do presidente do PFL, Marco Maciel. "O País reclama alterações substanciais no projeto político do governo, porque a crise tem nitida raiz política", afirmou o senador ao presidente, repetindo um alerta já feito na sexta-feira, no Palácio da Alvorada.

"Somente com mudança política



Sarney prepara "poema"

profunda consolidaremos a transição democrática e retomaremos o processo de crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida do povo", disse Maciel. Segundo o senador, questões importantes como a condução da Assembleia Nacional Constituinte e a renegociação da dívida externa passam por um novo projeto político. "O desaparecimento da Aliança Democrática decorre do fato de o modelo adotado não satisfazer mais ao País", acredita. O teor da conversa entre os dois foi transmitido pelo próprio senador a alguns parlamentares do seu partido. Maciel disse ainda que se conversará com o deputado Ulysses Guimarães a respeito da crise política quando ele estiver novamente com o presidente.

SEM INDECISÃO

Pelo menos a linha geral do pronunciamento do presidente já está decidida: Sarney quer acabar com o estigma de governante indeciso e inseguro. Segundo avaliação do Planalto, essa imagem já lhe valeu uma queda abrupta de popularidade, difícil de recuperar a dois anos e meio do fim do governo e com uma Constituinte trabalhando para retirar-lhe os poderes.

Ulysses nem arrisca previsão

FLAMARION MOSSRI

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não quer arriscar nenhuma previsão sobre o desdobramento da crise político-partidária que envolve o relacionamento do governo com o PMDB e o PFL. "Não sou Mágico de Oz", disse ele, para justificar a precaução, acrescentando que, depois de tomar conhecimento do "novo compromisso" do presidente José Sarney com a Nação, reunirá o partido para tomar posição.

O presidente do PFL, Marco Maciel, preocupado com o esvaziamento das decisões de Sarney, não quer correr o risco de antecipar nada. Tudo vai depender do que o presidente da República disser que vai fazer, principalmente no tocante ao apoio político-parlamentar. Depois do pronunciamento de Sarney, o PFL também reunirá sua direção nacional e tomará posição.

Dependendo do que Sarney anunciar e das posições que o PMDB e PFL assumirem, será avaliada a extensão da reforma ministerial. Nenhum político tem dúvida: os cinco ministros militares só sairão com o presidente da República, ao término do mandato. Não estão sujeitos a maior ou menor relacionamento político com o presidente.

O PDS, o PTB e o PL não estão se oferecendo para participar do governo, mas poderão fazê-lo, dependendo do volume da oferta. Há, também, os chamados "ministros do presidente", que não dependem, necessariamente, de respaldo político-parlamentar: Abreu Sodré, das Relações Exteriores; Paulo Brossard, da Justiça; Vicente Fialho, da Irrigação; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Aloísio Alves, da Administração, além do consultor-geral da República, Saulo Ramos. Fora esses, há dois

novos ministros que, salvo imprevisto, dificilmente seriam substituídos, embora integrados aos respectivos partidos: Jader Barbalho (PMDB), da Reforma Agrária e, João Alves (PFL), do Interior.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, é um caso à parte. Indicado pessoalmente por Tancredo Neves, fora das negociações entre PMDB e Frente Liberal, o ex-governador da Bahia é dos mais ligados ao presidente da República. Há duas versões: Antônio Carlos trocaria o PFL pelo PTB, continuando no governo ou ficaria solidário com o PFL, conforme declarou seu filho, deputado Luiz Eduardo Magalhães, a parlamentares liberais, se houver o rompimento.

O mais importante ministro do PFL no governo é o presidente de honra do partido, Aurellano Chaves, das Minas e Energia. Seu projeto pessoal tinha data para deixar o governo: logo depois da promulgação da futura Constituição. Com a crise da Aliança Democrática, ele poderá antecipar sua exoneração. "Sem Aurellano na Esplanada dos Ministérios, disse um dirigente do partido, o PFL não estará participando do governo". Para formalizar o rompimento — que Aurellano sabe ser desejo majoritário das bases — ele propôs, e Marco Maciel concordou, convocar convenção nacional extraordinária.

"Nem eu, nem o Marco Maciel, nem dirigentes e líderes nacionais poderemos tomar tão importante decisão sem ouvir as bases do PFL", disse Aurellano Chaves. No partido ninguém tem dúvida: se o presidente da República continuar hesitante, protelando soluções, o ministro das Minas e Energia será o primeiro a deixar o cargo. De forma irrevogável.

Os ministros do PFL sabem que a decisão de romper com o PMDB

foi, também, para mostrar a Sarney que o partido se cansou de ser desrespeitado pelo PMDB. Os parlamentares do PFL brigam para conseguir nomeação em regiões nas quais são minoritários. Os ministros do PMDB ouvem as queixas, prometem corrigir, mas acabam se esquecendo. "Presidir um partido que precisa brigar para fazer valer seus direitos é inaceitável. É melhor romper" desabafou o senador Marco Maciel, com apoio dos seus companheiros.

Do PMDB e PFL não aceita mais a convivência com o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. Há queixas contra Roberto Santos, Aníbal Teixeira e Deni Schwartz, principalmente. O mais visado é o ministro da Previdência Social, dos mais ligados a Ulysses Guimarães, que ganhou nota de desagravo dos governadores, coordenada pelo governador gaúcho Pedro Simon.

Se resolver demitir Raphael de Almeida Magalhães, para atender o PFL, o presidente da República estará dando, oficial e publicamente, atestado de corrupto ao ministro da Previdência Social — é o comentário que mais se ouve no Congresso e entre ministros do PMDB.

O ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco teria a permanência na dependência de seu estado de saúde. Fará exames nos Estados Unidos (Boston) e, na volta, haverá a decisão. O PMDB mineiro e o governador Newton Cardoso estão de olho no MIC.

A única pasta vaga é a da Educação, já que senador Jorge Bornhausen fez o pedido em caráter irrevogável. Se houve acordo com PFL — hipótese remota a esta altura —, o mais cotado para o MEC é o senador e ex-governador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Brasília/Agência Estado